

O RURAL, O URBANO E O CONTINNUM URBANO-RURAL NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

The rural, the urban, and the rural-urban continuum in the context of the
regional development

Rejane Inês Kieling¹; Rogério Leandro Lima da Silveira²

¹ Economista. Doutoranda em Desenvolvimento Regional no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - PPGDR, da Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC. Professora na Faculdade de Tecnologia do Cooperativismo - ESCOOP. E-mail: rejanekieling@hotmail.com

² Geógrafo. Doutor em Geografia Humana. Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - PPGDR e do Departamento de História e Geografia, da Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC. E-mail: rlls@unisc.br

Data do recebimento: 11/06/2015 - Data do aceite: 17/09/2015

RESUMO: No contexto atual, pensar o desenvolvimento territorial na escala regional impõe o desafio de olhar para a totalidade do território tendo presente que nele, embora os espaços urbanos e rurais ainda guardem importantes especificidades socioespaciais, são cada vez mais intensas, entre eles, a existência de variadas formas de inter-relações econômicas e demográficas e de articulações econômicas que contribuem para a constituição de espaços geográficos caracterizados pelo chamado *continuum* urbano-rural. Como, nesse contexto, compreender as diferenças e inter-relações entre esses espaços do território para melhor analisar e planejar o desenvolvimento regional? Tendo presente, notadamente o contexto brasileiro, o artigo apresenta breves reflexões sobre os conceitos de rural, de urbano e de *continuum* urbano-rural, procurando identificar suas especificidades, diferenças e inter-relações, de modo a contribuir com o debate atual sobre a dimensão territorial do desenvolvimento regional.

Palavras-chave: Urbano. Rural. *Continuum* Urbano-Rural. Território. Desenvolvimento Regional.

ABSTRACT: In the current context, thinking about the territorial development at a regional scale implies the challenge of looking at the totality of the territory bearing in mind that, although urban and rural spaces still retain specific socio-spatial characteristics, the existence of different forms of economic and

demographic interrelations, and of economic pathways which contribute to establish geographic spaces characterized by the so called urban-rural continuum are increasingly intense between them. How should the differences and interrelations between these spaces of the territory be understood, in this context, in order to improve, analyze, and plan regional development? Keeping the Brazilian context in mind, this article presents brief reflections on the rural, the urban, and the urban-rural continuum, trying to identify their specific features, differences, and interrelations to contribute to the current debate on the territorial dimension of the regional development.

Keywords: Urban. Rural. Urban and Rural Continuum. Territory. Regional Development.

Introdução

Quando pensamos o urbano e o rural somente a partir de funcionalidades e delimitações espaciais, os limites entre um e outro parecem claros, mas a complexidade que envolve cidade e campo, bem como suas inter-relações, nos convida a uma compreensão com maior amplitude e profundidade que consiga captar melhor seus sentidos e dimensões no território

Em pequenos municípios do interior do estado do Rio Grande do Sul, é possível perceber um espraiamento do urbano para o rural como uma verdadeira mistura do modo de vida de um e outro. Um exemplo claro é a utilização de recursos tecnológicos como a internet pelo produtor rural. O agro-negócio, com sua precificação internacional (produção de *commodities*), introduziu os agricultores num mundo que lhes era desconhecido. Hoje a verificação da cotação de soja na bolsa de Nova York é tarefa cotidiana para muitos.

Mas o rural também se insere no urbano, trazendo seu modo de vida. A mesma tecnologia que inclui o produtor num novo mundo e permite ganhos de produtividade nunca imaginados, exclui, principalmente os mais idosos, que não conseguem se adaptar ao novo, e expulsa os trabalhadores, cuja força

de trabalho já não é mais necessária, pondo-os a migrar para as cidades, levando consigo seu modo de vida (hábitos, costumes, cultura, religiosidade e outros). Questões que, por si só, merecem uma reflexão específica, mas que aqui não são nosso foco.

O artigo está dividido em três tópicos. No primeiro, nos propomos a repensar os conceitos de urbanidade e ruralidade a partir dos contrastes que ainda se fazem presentes e da necessidade de superação dos mesmos, através do que se entende, atualmente, por território usado e suas diferentes territorialidades, as quais se fazem sentir pelo sentimento de pertencimento dos sujeitos a determinados lugares.

No segundo tópico, procuramos identificar algumas diferenças e similitudes entre o rural e o urbano, uma vez que compreendemos que a percepção de como o rural e o urbano se aproximam e se afastam seja importante para pensar o processo de desenvolvimento na sua dimensão regional.

O terceiro e último tópico traz uma breve reflexão sobre as interpretações do *continuum* urbano-rural, em que questionamos as políticas de “valorização do rural”, as quais, no nosso entendimento, possuem uma conotação de mercado e acabam por inibir ações de maior profundidade que visem à participação efetiva dos atores.

Repensando a urbanidade e ruralidade através dos conceitos de território usado e territorialidades

Comumente, quando as expressões urbanidade e ruralidade são utilizadas, estão carregadas de um significado contraditório, em que a primeira vincula-se à ideia de civilidade, fineza, modernidade e a segunda traz implícita uma conotação pejorativa, associando ideias de atraso, indelicadeza, rusticidade, entre outras, até mesmo a profissão de agricultor traz na sua bagagem o peso de uma cultura que a interpretou ao longo do tempo como uma profissão menor ou inferior.

Sobre o uso dos vocábulos rural e urbano, Endlich (2013, p. 13) esclarece que,

[...] uma consulta ao Aurélio informa que rural (do latim *ruralis*) é um adjetivo do que pertence ou é relativo ao campo; e o urbano (do latim *urbanus*) é um adjetivo do que é relativo à cidade, ou o que tem caráter de cidade. O adjetivo urbano apresenta alguns significados a mais, no sentido figurado, como cortês, afável, polido ou civilizado.

A visão do rural como arcaico, e o urbano como moderno, também pode ser percebida através da arte. Sposito (2013) considera que, antes da industrialização, a cidade era, sobretudo, espaço do poder e da vida política. A cidade medieval, ainda que desempenhando funções comerciais, bancárias e de produção artesanal, não perdia seu caráter político.

Inúmeras formas de controle e proteção se estabeleciam sobre as cidades, sendo a muralha a mais significativa e ilustrativa. As representações artísticas sobre a cidade, que nos são legadas, também mostram a importância simbólica da separação entre cidade e campo.

Oliveira (2009) explica que, nas gravuras, as muralhas com suas torres e portas, possuíam caráter defensivo, tinham como objetivo proteger os habitantes da cidade dos invasores e bandidos. As muralhas, além de interligarem a cidade e o campo, significavam o intercâmbio com o exterior ou a passagem para o mundo.

Atualmente não podemos mais conceber o urbano e o rural como duas dimensões distintas, como se houvesse uma espécie de “cerca invisível” que separasse dois mundos ou duas realidades. Existem diferenças, evidentemente, e estas precisam ser compreendidas como particularidades que irão definir as especificidades do território e sua territorialidade. Pensar o desenvolvimento urbano e rural na escala regional impõe a necessidade de revisar os conceitos relacionados a espaço, território e territorialidade.

Sobre conceitos, deve-se ter presente sua capacidade de movimento e renovação, conforme nos mostra Lencione (2008, p. 111): “O conceito tem movimento e por isso, um conceito construído numa determinada época pode se alterar. Na medida em que o conceito é um reflexo do real e esse real está em permanente mudança, é lógico que ele também se modifique”.

Haesbaert (2013) explica que é comum encontrar trabalhos de autores, mesmo geógrafos, que utilizam os conceitos de espaço e território como sinônimos, contudo, a história do pensamento geográfico esclarece que o território emerge como uma categoria analítica bem depois do que espaço. O que não significa distinguir separadamente espaço de território, uma vez que um depende do outro para existir, constituindo estruturas híbridas, “resultado da inseparabilidade entre sistema de objetos e sistemas de ação” (SANTOS, 2006, p.65).

Assim como o espaço não pode ser compreendido fora do território e vice-versa,

também território e territorialidades assumem formas mistas. A palavra território deriva do latim *terra e torium*, que significa terra pertencente, mas não necessariamente com o sentido de propriedade. É um sentimento de pertencimento que envolve valores simbólicos, os quais transmitem diferentes significados aos indivíduos e os vinculam ao meio. Esse conjunto de relações sociais, relacionadas ao espaço e suas dimensões internas e externas conduzem ao conceito de territorialidade. Nas palavras de Haesbaert,

[...] todo grupo se define essencialmente pelas ligações que estabelece no tempo, tecendo seus laços de identidade histórica e no espaço, apropriando-se de um território (concreto e/ou simbólico), onde se distribuem os marcos que orientam suas práticas sociais [...] [a territorialidade] vincula os homens ao meio, à terra, ao espaço. (HAESBAERT, 2013, p. 93).

Corroborando com Haesbaert (2013), pertencimento está associado à apropriação que os indivíduos e grupos sociais percebem em relação àquele espaço. Percepção essa compreendida como um conjunto de práticas e expressões materiais e simbólicas que se vinculam a atributos tais como: raça, religião, sexo, idade, entre outros.

O território, portanto, é compreendido pelo seu uso, no sentido utilizado por Santos e Silveira (2013, p. 21):

O uso do território pode ser definido pela implantação de infraestruturas, para as quais estamos igualmente utilizando a denominação de engenharia, mas também pelo dinamismo da economia e da sociedade. São os movimentos da população, a distribuição da agricultura, da indústria e dos serviços, o arcabouço normativo, incluídas a legislação civil, fiscal e financeira, que, juntamente com o alcance e a extensão da cidadania, configuram as funções do novo espaço geográfico.

A visualização do território pelo uso que os atores dele fazem permite extrapolar as barreiras impostas pela limitação geográfica e demonstrar que “se podemos entender o território como extensão apropriada e usada, territorialidade pode ser definida como o sentido de pertencer àquilo que nos pertence” (SILVEIRA, 2013, p. 39).

Se os indivíduos sentem que são pertencentes a determinados espaços, significa que reconhecem determinadas identidades, as quais lhes fornecem diferentes significados, independente do espaço físico onde se encontram. Quando falamos em identidades, nos referimos aos aspectos culturais, no sentido dado por Hall (2014, p. 9): “[...] identidades *culturais* – aqueles aspectos de nossas identidades que surgem de nosso pertencimento a culturas étnicas, raciais, linguísticas, religiosas e, acima de tudo, nacionais”. Não existindo, portanto, razão para delimitação espacial entre o rural e o urbano, uma vez que são espaços dinâmicos com suas territorialidades cada vez mais interligadas.

Além da dimensão identitária, também devemos considerar a importância dos objetos, como elementos representativos de ruralidades e urbanidades. Os autores Candiotti e Corrêa (2008) explicam que os objetos carregam referências de urbanidade e/ou ruralidade, influenciando na percepção dos sujeitos sobre o que é urbano e o que é rural, podendo alterar o comportamento dos mesmos. Cada indivíduo possui, portanto,

múltiplas territorialidades, decorrentes de sua vivência, que conduzem a diversas representações e identidades em relação ao espaço e aos territórios. Assim, todos nós teríamos uma multiterritorialidade, que é subjetiva, e, nesta existiriam ruralidades e urbanidades (CANDIOTTO e CORRÊA, 2008, p. 237).

Para compreender o rural e o urbano dentro de uma realidade mais complexa, faz-

-se necessário ter em mente seus conceitos, como se distinguem e como se encontram e como, ao se misturarem, dão novas direções à compreensão das ações voltadas ao desenvolvimento em cada uma de suas dimensões. Com o auxílio de alguns autores, é o que tentaremos demonstrar nos próximos tópicos.

O rural e o urbano: diferenças e conexões

Os conceitos de rural e urbano estão fortemente relacionados ao conceito de cidade. Propomo-nos a (re)pensar conceitos pré-estabelecidos de cidade e campo a fim de melhor compreender as diferenças e conexões entre o rural e urbano.

Sob o ponto de vista da cultura, a imagem da família de agricultores levando seus filhos para assistir uma peça de teatro ao ar livre em frente à Igreja Matriz, ilustra a forma como cidade e campo se conectam. Para Mendras (1969, p. 35), os habitantes do campo buscam nas cidades grande número de seus modelos sociais, o que não significa que imitem os cidadãos ou os admirem sem reservas. Segundo os já citados autores, “todos os camponeses do mundo têm a convicção de que certas qualidades essenciais são muito mais o apanágio do homem do campo, que as possui em mais alto grau do que os cidadãos: resistência física, amor ao trabalho, honestidade, moral sexual”.

A citação dos autores, apesar de considerarmos que tenha um certo exagero, é importante para demonstrar como se constroem figuras sobre o homem do campo e o homem da cidade. Ao lembrarmos os personagens “Chico Bento e o seu primo Zeca”, de Maurício de Souza, podemos ter uma noção mais clara das representações do imaginário popular sobre o homem simples das zonas rurais e o homem moderno que vive nos centros urbanos. A autora Cório (2006,

p.128) dedica sua dissertação de mestrado à compreensão do personagem Chico Bento e sua relação com a tradição e a modernidade. Segundo a autora, “o que enriquece e destaca seu perfil caipira é a maneira como mostra o valor das coisas simples da vida: amizade, família, preocupação com a ecologia e o meio ambiente”.

Em contrapartida, o personagem Zeca, o primo da cidade, aparece normalmente em situações em que constrange o primo da “roça” com sua linguagem, roupas, os presentes que traz da cidade, entre outros.

Mas será que podemos opor campo e cidade como se os indivíduos não recebessem elementos da cultura e do modo de vida uns dos outros? A esse respeito, concordamos com Mendras (1969, p. 35) quando concluem que “a oposição entre cidade e campo não é, porém, senão uma face da realidade, pois os cidadãos e os rurais formam, em certos aspectos, uma única sociedade. Têm em comum uma mesma cultura, pois partilham das mesmas crenças e das mesmas distrações”.

Conforme Sposito (2013), na questão campo e cidade, o relevante é compreender a dificuldade em distinguir os espaços rurais e urbanos na atualidade, o que não significa desaparecimento da cidade e do campo como unidades espaciais distintas, mas a constituição de áreas de transição e contato entre esses espaços que assumem novas características e usam o mesmo espaço territorial. Os interesses dos atores pertencentes aos espaços urbanos e rurais confundem-se, tornado os limites desses dois espaços imprecisos, criando condições para “se pensar numa nova unidade espacial que contém, contraditoriamente, os dois espaços – o urbano e o rural – superpostos, amalgamados e intrinsecamente relacionados, razão pela qual são agora espaços urbanos/rurais” (SPOSITO, 2013, p. 122).

Nessa mesma linha de entendimento, Ferrão (2003, p. 2) traduz, de forma bastante objetiva, a questão que ele mesmo se coloca sobre “o que é hoje uma cidade?”:

Hoje vivemos cada vez mais em cidades sem confins, palimpsestos complexos onde cascos históricos, subúrbios massificados ou de luxo, interstícios rurais, cidades de média dimensão ou parques naturais se articulam entre si no quadro de dinâmicas urbanas de extensão geográfica muito diversificada.

Segundo Kageyama (2004), o entendimento das especificidades que norteiam o desenvolvimento rural requer, em primeiro lugar, a necessidade de recorrer a um conjunto de disciplinas, tais como: economia regional, economia rural, sociologia rural, geografia rural, demografia, entre outras.

As disciplinas que estudam o desenvolvimento rural na atualidade buscam compreendê-lo para além de sua visão tradicional, procurando identificar uma nova ruralidade, a qual não se reconhece mais unicamente pelas funções agrícolas, mas pela multifuncionalidade que uma propriedade agrícola pode oferecer, o que inclui atividades não-agrícolas, tais como o turismo rural. Essa nova visão pretende modificar a imagem negativa que ainda existe sobre o espaço rural.

Nesse sentido, as relações entre o rural e o urbano passam por um processo de mescla, em que as linhas divisórias entre um outro, outrora tão bem definidas, não são mais possíveis de serem percebidas, pelo menos, pelo olhar convencional.

As inter-relações entre cidade e campo: o *continuum* urbano-rural

A partir da década de 1960, o modo de produção agrícola passa por profundas trans-

formações no Brasil. A introdução da racionalidade industrial para produzir *commodities* altera gradativamente a relação do homem com a natureza, uma vez que a utilização de agroquímicos permite ultrapassar os limites antes impostos pelas condições naturais.

Esse processo de industrialização da agricultura, que ocorre em escala mundial, está vinculado ao modelo preconizado pela chamada “Revolução Verde”, a qual se caracteriza pela tecnicização do rural, vista pelos seus defensores como prática modernizante da agricultura e até mesmo responsável pela redução da fome no mundo (CONWAY, 2003).

Aliamo-nos aos autores Candiotto e Corrêa (2008, p. 225) por compreenderem essa “modernização” do rural como “parte da racionalidade hegemônica, racionalidade que, acima de tudo, busca novas formas de acumulação de capital”, o que significa, nas palavras de Iani (1996, p. 46), uma submissão do mundo agrário ao capital. Segundo esse autor, “o mundo agrário já está tecido e amaranhado pela atuação das empresas, corporações e conglomerados agroindustriais”.

A hegemonia do capital, segundo o mesmo autor, também se manifesta nas estruturas da agricultura familiar, as quais sobrevivem graças à produção de matéria-prima destinada às grandes empresas, uma vez que estas, muitas vezes, não têm interesse em dedicar seus fatores produtivos na produção agrícola direta, preferindo integrar o pequeno produtor à indústria, até mesmo com o fornecimento de assistência técnica, insumos, crédito, entre outros.

As autoras Rosa e Ferreira (2013, p. 188) se referem à década de 1960 como o “momento em que as relações entre meio rural e urbano tornaram-se mais intensas, tanto no que se refere às atividades econômicas desenvolvidas quanto às relações sociais estabelecidas”.

Com relação às modificações sociais, o ponto que queremos destacar é a percepção de que o modo capitalista de produção altera o modo de vida dos indivíduos. Analisando o caso brasileiro, o autor Ianni (1996) acredita que a hegemonia do capital introduz progressivamente a urbanização do mundo agrário, “aos poucos, a cidade, não só se impõe sobre o campo, subordinando-o, como o absorve e, em muitas situações, o dissolve” (IANNI, 1996, p. 54).

É inegável que o processo de produção capitalista tenha alterado significativamente as relações entre os indivíduos em todas as suas dimensões. Discordamos, contudo, da interpretação extremista de que o rural seria totalmente absorvido pelo urbano. Nosso entendimento é de que haja uma aproximação entre rural e urbano, mantendo, porém, suas particularidades, comungando, portanto, com os conceitos de território e territorialidade, uma vez que permanece a sensação de pertencer a algo, e é esse sentimento que identifica os indivíduos aos valores simbólicos que lhes dão diferentes significados. Nesse sentido concordamos com Limonad e Monte-Mór (2012, p.11), quando concluem que,

Más importante que discutir el carácter urbano-rural de estas, así llamadas, nuevas formas urbanas y/o rurales es intentar comprender su significado, ir más allá de su apariencia fenoménica, para entender su papel en la reproducción social de las relaciones sociales de producción en la actual etapa de desarrollo del capitalismo y de las fuerzas productivas.

Os autores Candioto e Corrêa (2008) explicam que existem duas correntes que procuram interpretar as relações entre campo e cidade. A primeira se pauta no dualismo, em que o campo é visto de forma pejorativa, como sinônimo de atraso, visão já explorada nos tópicos anteriores. A segunda corrente é a do *continuum* urbano-rural, sendo esta ainda subdividida em duas interpretações. Uma se

comunica com a ideia de que homogeneização espacial e social do rural, que levaria ao fim do rural (urbano-centrada) e a outra tem seu foco interpretativo na integração do rural e do urbano sem excluir suas particularidades.

Considerando as duas interpretações sobre *continuum* urbano-rural, faremos algumas observações dentro do contexto do desenvolvimento regional.

As correntes que se pautam pela homogeneização dos espaços rurais e urbanos vinculam-se à ideia de “valorização do rural” pelo aproveitamento de oportunidades vindas pela demanda de cidadãos, os quais, desejando fugir do *stress* da vida urbana, buscam momentos de paz e sossego; seria a urbanização do rural. A utilização dos espaços rurais dentro desse contexto visa satisfazer os anseios de consumo, em que o rural é mais uma imagem criada do que real. Conforme os autores Candioto e Correa (2008, p. 239),

[...] moradores os urbanos valorizam o rural como paisagem, e buscam um rural sem os inconvenientes tradicionais do campo (mau cheiro, insetos, sujeira, animais peçonhentos, trabalho pesado), e com o máximo de conforto das cidades (infraestrutura, boas estradas, TV, internet, piscina, ar condicionado, etc.). É de se entender, portanto, que existe uma diferença entre as ruralidades “reais” e as ruralidades idealizadas pela mídia, pelos empresários e pelos políticos, que influenciam a percepção dos habitantes urbanos, atraindo-os para o consumo do espaço rural.

Nosso entendimento é de que essa “valorização do rural” nada mais é do que sua mercantilização, com imposição de ações do tipo *up down*. Mercadoria vendida nas “prateleiras” das agências de turismo. Ao transformar o espaço rural em mercadoria, subtraem-se elementos que podem ser essenciais à preservação de valores simbólicos que os caracterizam e lhes dão sentido.

Os autores Arcila e Silva (2013) refletindo sobre a evolução do conceito de novas ruralidades nas últimas duas décadas na América Latina, trazem uma importante contribuição à compreensão do rural, ao apresentarem as características dessa nova ruralidade. Segundo os autores,

son características de la nueva ruralidad: la ruptura de la dicotomía urbano-rural; el reconocimiento de campesinos, mineros, pescadores, artesanos, empresarios agrícolas y personas dedicadas al sector servicios como pobladores rurales; el énfasis en la multifuncionalidad del territorio y el reconocimiento de la pluriactividad para la preservación de las economías rurales; el énfasis en el manejo, uso y conservación de los recursos naturales; el reconocimiento de los servicios ambientales como una forma de dinamizar la economía rural; y la revalorización rural (ARCILA e SILVA, 2013, p. 31).

Em Ploeg et al. (2000) percebemos a ligação do desenvolvimento rural com a ideia de aumento da competitividade do setor agrícola, o que envolve a busca por um novo modelo para o rural, com novos objetivos como a geração de externalidades positivas (valorização da paisagem), busca por sinergias com os ecossistemas locais, valorização das economias de escopo e pluriatividade das famílias rurais.

No que se refere ao desenvolvimento urbano, também prevalece a lógica capitalista, na qual crescimento econômico é fundamental. O progresso é percebido pela quantidade de edificações e não crescer significa retrocesso. Souza (2013, p. 95) explica que “para algumas pessoas, uma cidade “desenvolve-se” ao crescer, ao se expandir, ao conhecer uma modernização do seu espaço e dos transportes, ao ter áreas embelezadas e remodeladas”.

A segunda interpretação do *continuum* urbano-rural nos parece mais conectada com o conceito de desenvolvimento regional, uma vez que não está direcionada à visão de fim do rural, e sim, sua integração com o urbano, valorizando suas particularidades. Contudo, salientamos que essa integração deva partir de uma construção da base para a superfície, com a participação efetiva dos atores.

Compreendemos que no *continuum* possa haver uma espécie de urbanização do rural, mas, também, uma ruralização do urbano. Urbanidades e ruralidades se misturam trazendo novos significados tanto aos moradores do meio rural como do meio urbano. Conforme Linder et al. (2009, p. 13),

No debate em torno do meio rural, sua valorização, identidade e simbologias peculiares, encontram-se as manifestações de toda uma conjunção de ações cotidianas carregadas de valores próprios e heranças históricas, na qual se fundamenta a existência das ruralidades. Essa conjunção encontra-se muitas vezes não apenas no rural dos pequenos municípios, mas também na área dita urbana desses locais.

É fundamental, portanto, que as políticas que visem promover ações objetivando desenvolver as regiões compreendam as novas especificidades que envolvem os conceitos de urbanidade e ruralidade.

Considerações finais

O presente artigo teve como objetivo principal fazer uma breve revisão dos conceitos relacionados à urbanidade e à ruralidade, visando contribuir para futuras pesquisas focadas na interpretação que compreende o desenvolvimento a partir da ação dos atores envolvidos no processo, o que significa que seja construído de baixo para cima e se co-

necte aos diferentes agentes ou estruturas que fazem parte desse mesmo processo.

Ações que visem ao desenvolvimento em sua escala regional devem considerar que os limites entre o urbano e o rural, outrora tão bem delimitados, atualmente não fazem mais sentido, uma vez que o modo de vida do rural e do urbano estão cada vez mais infiltrando-se um no outro, descobrindo diferentes territorialidades do território que é percebido pelo uso que os indivíduos dele fazem.

As diferenças entre o rural e o urbano certamente existem e são justamente essas peculiaridades de um e de outro que instigam as pesquisas nessa área a partir de uma perspectiva multidisciplinar, a qual deve estar aberta para revisar conceitos e ampliar seu ângulo de visão. Compreendendo que interpretações isoladas são superficiais, uma vez que não conseguem captar questões mais profundas relacionadas ao campo e à cidade.

Ao revisar as perspectivas teóricas voltadas à “valorização do rural”, nos deparamos com uma visão de desaparecimento do rural, em que esse seria absorvido pelo urbano. São correntes que interpretam o rural como um espaço de oportunidades, as quais levam em conta suas potencialidades no atendimento da demanda dos cidadãos que desejam usufruir tais espaços, sem o *stress* da vida urbana. Nosso sentimento é de que o predomínio dessa cultura economista descaracterize o rural, transformando-o numa mercadoria.

O processo de desenvolvimento deve ser sensível à participação dos atores nos

processos decisórios, valorizando os *saberes* trazidos de gerações passadas, tradições, cultura, religião, gastronomia, formas de entretenimento, entre outros. As interpretações economicistas que compreendem desenvolvimento como sinônimo de eficiência no sentido capitalista afastam a possibilidade de engajamento desses indivíduos

Refutamos a ideia de um *continnum* urbano-rural em que haja a absorção do rural pelo urbano, por entendermos que essa seja uma interpretação que vai ao encontro das correntes que compreendem crescimento e desenvolvimento com igual significância. Aceitamos que possa haver uma urbanização do rural, mas, também, defendemos que haja uma ruralização do urbano, uma vez que, no cotidiano desses espaços, as formas de ver e interpretar o mundo assumem novos significados, os quais passam a fazer sentido aos sujeitos a partir de uma espécie de codificação relacionada à sensação de pertencer a algum lugar.

Sabemos que as questões apresentadas são complexas e que se faz necessário avançar na reflexão, e, principalmente, na aplicação dos conceitos sobre o desenvolvimento rural e urbano para que mudanças gradativas da compreensão tradicional sejam incorporadas e consigamos, no longo prazo, assumir uma nova cultura sobre a participação dos agentes nas decisões que envolvam o território e suas territorialidades.

REFERÊNCIAS

- ARCILA, M. T. Matijasevic; SILVA, Alexander. La construcción social de lo rural. **Relmis. Argentina**, n. 5, pp. 24-41, 2013. Disponível em: <file:///C:/Users/Rejane/Downloads/60-196-1-PB.pdf>
- CANDIOTTO, L. Z. P. CORRÊA, W. K. Ruralidades, urbanidades e a tecnicização do rural no contexto do debate cidade-campo. **CAMPO-TERRITÓRIO**. Revista de geografia agrária, v.3, n. 5,

p. 214-242, fev. 2008. Disponível em: <<http://www.campoterritorio.ig.ufu.br/include/getdoc.php?id=305&article=141&mode=pdf>>. Acesso em: 02 fev. 15.

CONWAY, G. **Produção de Alimentos no Século XXI** – Biotecnologia e Meio Ambiente. São Paulo: Estação Liberdade, 2003.

CÓRIO, M. de L. D. F. **O personagem “Chico Bento”, suas ações e seu contexto: um elo entre a tradição e a modernidade.** Dissertação de Mestrado. UNIMAR. Marília, 2006. Disponível em: <<http://www.unimar.br/pos/trabalhos/arquivos/e4412beedb3d14159774ae8aaefbea9.pdf>> Acesso em: 14 mar. 15.

ENDLICH, Â. M. Perspectivas sobre o Urbano e o Rural. In.: SPOSITO, M. E. B. e WHITACKER, A. M. (org) **Cidade e Campo – Relações e Contradições e entre o urbano e rural.** 3. ed. Outras Expressões, São Paulo, 2013, p. 11-31

FERRÃO, J. Intervir na cidade: complexidade, visão, rumo. In.: PORTAS, N.; DOMINGUES, Á. e CABRAL, J. **Políticas Urbanas** – tendências, estratégias e oportunidades, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. (2003) Disponível em: <http://home.fa.ulisboa.pt/~miarq4p5/PlanUrbano2011-12/JFerr%C3%A3o-Intervir%20na%20cidade_Pol%C3%ADticasUrbanas.pdf>. Acesso em: 14 mar. 15.

HAESBAERT, R. **Territórios alternativos.** SP/RJ: Contexto/EdUFF, 2013.

HALL, S. **A identidade cultural na Pós-Modernidade.** Rio de Janeiro, Lamparina, 2014.

IANNI, O. **A era do globalismo.** 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1996.

KAGEYAMA, A. Desenvolvimento rural: conceito e medida. **Cadernos de Ciência & Tecnologia,** Brasília, v. 21, n. 3, p. 379-408, set./dez. 2004

LENCIONI, S. Observações sobre o conceito de cidade e urbano. **GEOUSP - Espaço e Tempo,** São Paulo, n. 24, pp. 109 - 123, 2008.

LIMONAD, E.; MONTE-MÓR, R. L. Por el derecho a la ciudad, entre o rural y lo urbano. XII Coloquio de Geocrítica, Bogotá, 2012, pp. 1-15. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/04-E-Limonad.pdf>> Acesso em: 22 set. 2015

LINDER, M. Presença da Ruralidade em municípios gaúchos: o exemplo de Silveira Martins, RS. **XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária,** São Paulo, 2009, pp. 1-15. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/Lindner_M.pdf> Acesso em: 10 mar 15.

MENDRAS, H. A cidade e o campo. In: QUEIROZ, Maria I. P. de. (Org.). **Sociologia Rural.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1969.

OLIVEIRA, T. **Prática de Ensino de História: o uso da imagem na Idade Média** – disponível em: <<http://www.ppe.uem.br/jeam/anais/2009/pdf/46.pdf>> Acesso em: 20 ago. 2014.

PLOEG, J. D. van der et al. Rural development: from practices and policies towards theory. **Sociologia Ruralis,** Oxford, UK, v. 40, n. 4, p. 391-408, out. 2000.

ROSA, L. R. e FERREIRA, D. A. de O. As categorias rural, urbano, campo e cidade: a perspectiva de um *continuum*. In: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. **Cidade e Campo: relações e contradições entre urbano e rural.** São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SANTOS, M. **A natureza do Espaço** - técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. S. **O Brasil Território e Sociedade no início do século XXI.** 17. ed. Rio de Janeiro: Record, 2013, p. 19-22

SILVEIRA, M. L. Novos aconteceres, novas territorialidades. DIAS, L. C.; FERRARI, M. (org) In.: **Territorialidades Humanas e Redes Sociais**. 2. ed. Insular, Florianópolis, 2013, p. 39-62

SOUZA, M. L. de. **ABC do Desenvolvimento Urbano**. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013, p. 93-102

SPOSITO, M. E. B. S. A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade. In.: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. (org.) **Cidade e Campo** – Relações e Contradições e entre o urbano e rural. 3. ed., São Paulo: Outras Expressões, 2013, p. 111-130.

